

RSM

Agung Brasil Partners I D Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior

CNPJ: 26.545.537/0001-20

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

RT 527/2025

Agung Brasil Partners I D Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras auditadas

Demonstração da posição financeira 5
Demonstração do resultado 6
Demonstração do resultado abrangente 7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 8
Demonstração dos fluxos de caixa 9
Notas explicativas às demonstrações financeiras 10

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Cotistas e Administrador do
Agung Brasil Partners I D Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior
(Administrado pela BRL Trust Investimentos Ltda.)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Agung Brasil Partners I D Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("Fundo")**, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de março de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Agung Brasil Partners I D Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior** em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos Fundos de Investimento em Participações regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo e sua Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Investimento em ações de companhias de capital fechado

Em 31 de março de 2025, o Fundo possuía investimento em ações de companhia de capital fechado no montante de R$ 358, equivalente a 96,76% de seu patrimônio líquido. Devido à relevância do investimento, a existência e valorização deste são os assuntos mais significativos para fins de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria sobre o Fundo incluíram, mas não foram limitados a:

- Entendimento das políticas e metodologias utilizadas pela Administradora do Fundo;
- Obtenção e analise dos contratos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital e sua devida contabilização no Fundo;
- Avaliação das quantidades de ações do Fundo com os respectivos livros de registro de ações e dos atos estatutários da companhia investida ocorridas no exercício;
- Avaliamos a suficiência dos procedimentos de auditoria realizados por outros auditores e, não obstante, revisamos os papéis de trabalho dos mesmos avaliando a razoabilidade das conclusões obtidas no contexto das normas brasileiras de auditoria; e
- Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras do Fundo.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o investimento em ações de companhias fechadas, consideramos que está consistente com a avaliação da Administradora do Fundo, consideramos que os critérios e premissas adotadas pela Administradora do Fundo são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administradora do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administradora do Fundo é responsável, dentro das prerrogativas previstas na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administradora pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração do Fundo a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação à administração do Fundo, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 2025.

RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC - RJ – 4080/O-9



Josias Pereira Cardoso

Contador – CRC-RJ – 115.515/O-1

AGUNG BRASIL PARTNERS I D - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR

(CNPJ: 26.545.537/0001-20)

(Administrado pela BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA. - CNPJ nº 23.025.053/0001-62)

Demonstração da posição financeira

Em 31 de março de 2025 e 2024

(Valores em milhares de reais, exceto as quantidades)

	Nota explicativa	31/03/2025			31/03/2024		
		Quantidades	Valor contábil	% s/PL do fundo	Quantidades	Valor contábil	% s/PL do fundo
Caixa e equivalente de caixa			**18**	**4,86%**		**42**	**14,29%**
Cotas de fundos de investimentos		**234,200869**	**18**	**4,86%**	**1.588,471818**	**42**	**14,29%**
Cotas de fundos de investimento Renda Fixa	4	234,200869	18	4,86%	1.588,471818	42	14,29%
Títulos e valores mobiliários			**358**	**96,76%**		**268**	**91,16%**
Ações de companhias abertas		**431.122**	**358**	**96,76%**	**340.722**	**268**	**91,16%**
Ações de capital fechado	5	431.122	358	96,76%	340.722	268	91,16%
Outros ativos			**6**	**1,62%**		**-**	**0,00%**
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC			6	1,62%		-	0,00%
Total do ativo			**382**	**103,24%**		**310**	**105,44%**
Passivo circulante							
Outras obrigações			**12**	**3,24%**		**16**	**5,44%**
Taxa de administração	15		6	1,62%		6	2,04%
Auditoria e custódia			5	1,35%		4	1,36%
Taxa de fiscalização CVM			1	0,27%		1	0,34%
Obrigações sobre compras a pagar			-	0,00%		5	1,70%
Total do passivo			**12**	**3,24%**		**16**	**5,44%**
Patrimônio líquido			**370**	**100,00%**		**294**	**100,00%**
Total do passivo e patrimônio liquido			**382**	**103,24%**		**310**	**105,44%**

As notas explicativas da administradora são partes integrante das demonstrações contábeis

AGUNG BRASIL PARTNERS I D - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR

(CNPJ: 26.545.537/0001-20)

(Administrado pela BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA. - CNPJ nº 23.025.053/0001-62)

Demonstração do resultado do exercício

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/03/2025	31/03/2024
Ações de companhias fechadas		**5**	**(26)**
Resultado com valor justo das ações de companhias investidas	5	5	(26)
Resultado com outros Ativos Financeiros		**7**	**11**
Receita com cotas de fundos de investimento renda fixa	4	7	11
Demais despesas/receitas		**(90)**	**(75)**
Taxa de administração e gestão - administração	12 e 15	(71)	(68)
Serviços contratados pelo fundo - auditoria e custódia	12	(15)	(4)
Taxa de fiscalização CVM	12	(3)	(3)
Outras despesas	12	(1)	-
Resultado do exercício		**(78)**	**(90)**

As notas explicativas da administradora são partes integrante das demonstrações contábeis

AGUNG BRASIL PARTNERS I D - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR

(CNPJ: 26.545.537/0001-20)

(Administrado pela BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA. - CNPJ nº 23.025.053/0001-62)

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	31/03/2025	31/03/2024
Resultado do exercício	**(78)**	**(90)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(78)**	**(90)**

As notas explicativas da administradora são partes integrante das demonstrações contábeis

AGUNG BRASIL PARTNERS I D - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR

(CNPJ: 26.545.537/0001-20)

(Administrado pela BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA. - CNPJ nº 23.025.053/0001-62)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Quantidade de cotas	Capital Integralizado	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de março de 2023		**1.064,209570**	**1.064**	**(818)**	**246**
Integralização de cotas	**9. (b)**	136,540350	138	-	138
Resultado do exercício		-	-	(90)	(90)
Saldo em 31 de março de 2024		**1.200,749920**	**1.202**	**(908)**	**294**
Integralização de cotas	**9. (b)**	153,535840	154	-	154
Resultado do exercício		-	-	(78)	(78)
Saldo em 31 de março de 2025		**1.354,285760**	**1.356**	**(986)**	**370**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGUNG BRASIL PARTNERS I D - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR

(CNPJ: 26.545.537/0001-20)
(Administrado pela BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA. - CNPJ nº 23.025.053/0001-62)

Demonstração do fluxo de caixa - método direto
Em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	31/03/2025	31/03/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Rendimento de cotas de fundos de investimento de renda fixa	7	11
Pagamento de taxa de administração	(71)	(68)
Pagamento de auditoria e custódia	(14)	(4)
Pagamento de taxa de fiscalização CVM	(3)	(3)
Pagamento diversos	(1)	-
Caixa líquido das atividades operacionais	**(82)**	**(62)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compra de ações de empresas investidas	(2)	(218)
Venda de ações de empresas investidas	2	-
Aquisição de títulos de renda fixa	(6)	-
Aquisição de futuro aumento de capital - AFAC	(90)	(61)
Venda de títulos de renda fixa	-	117
Caixa líquido das atividades de investimento	**(96)**	**(162)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de cotas	154	138
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**154**	**138**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(24)**	**(86)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	42	128
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18	42
Saldo de variação liquida de caixa e equivalentes de caixa	**(24)**	**(86)**
Lucro líquido do exercício	**(78)**	**(90)**
(+ / -) Ajuste ao valor justo de ações	(5)	26
(+ / -) Ajuste contas a pagar	1	2
Caixa liquido aplicado de caixa e equivalentes de caixa	**(82)**	**(62)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGUNG BRASIL PARTNERS I D – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR
(CNPJ nº 26.545.537/0001-20)

(Administrado pela BRL Trust Investimentos Ltda - CNPJ nº 23.025.053/0001-62)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O **AGUNG BRASIL PARTNERS I D - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR ("Fundo")** foi constituído em 31 de outubro de 2016 e iniciou suas atividades em 10 de maio de 2018 sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de dez anos, contado a partir da sua data de constituição. Em assembleia geral de cotistas poderá ser deliberado o encerramento, antecipação ou prorrogação do prazo de duração do Fundo, nos termos definidos no regulamento do Fundo.

Destina-se exclusivamente a investidores profissionais, assim entendidos as pessoas naturais ou jurídicas, fundos de investimento, brasileiros ou não residentes, que se enquadrem no conceito de investidor profissional, nos termos do artigo 11º da Instrução CVM nº 30/21, emitida pela CVM em 11 de maio de 2021 ("Investidores Profissionais").

O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus cotistas a melhor valorização possível no longo prazo de suas cotas, por meio do investimento e posterior desinvestimento em carteira de valores mobiliários de emissão de sociedades investidas, mediante orientação do comitê gestor e de investimento nos termos do regulamento do Fundo.

O valor mínimo de subscrição inicial de cada cotista no Fundo deverá corresponder a, no mínimo, R$ 1.000 no momento da subscrição das cotas do Fundo, sem prejuízo de valor superior conforme definido em cada suplemento.

O Fundo terá um patrimônio composto por 600.000 cotas, com valor unitário de R$ 1, totalizando uma emissão de R$ 600.000, podendo ocorrer emissões de novas cotas por decisão de assembleia geral de cotistas e conforme características de cada emissão.

O Fundo foi classificado pela administração como entidade de investimento, uma vez que preenche todos os requisitos exigidos pela Instrução CVM nº 579/2016, senão vejamos: (i) O fundo possui pluralidade de investidores, sendo que o gestor, mesmo com a existência de comitê de gestor e de investimento, possui discricionariedade na representação e na tomada de decisão junto às entidades investidas; (ii) Nos termos do artigo 2º do regulamento do Fundo, o mesmo tem como objetivo proporcionar aos seus cotistas a melhor valorização possível no longo prazo de suas cotas, por meio do investimento e posterior desinvestimento em carteira de valores mobiliários de emissão de sociedades investidas; (iii) Os cotistas são estruturadas de investidores não residentes, sendo que acima destas estruturas há pulverização de investidores pessoas físicas e jurídicas e (iv) De acordo com o artigo 7º, XII, "c", do regulamento do Fundo, dentre as atribuições do gestor encontra-se a obrigação de fornecer ao administrador o laudo de avaliação do valor justo das companhias investidas.

Os investimentos em fundos não são garantidos pela administração ou por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC) para redução ou eliminação dos riscos, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio líquido do Fundo e, consequentemente, do capital investido pelos cotistas. Ainda, as eventuais perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas ao valor do capital subscrito, de forma que os cotistas podem ser futuramente chamados a aportar recursos adicionais no Fundo.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações, as quais se configuram em diretrizes contábeis emanadas da legislação societária brasileira, considerando inclusive aspectos contábeis que são específicos para os diferentes segmentos do mercado, conforme disciplinado pelas normas previstas, especificamente na Instrução CVM nº 579 e Resolução CVM nº 175/22, bem como demais orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na elaboração dessas demonstrações contábeis foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A moeda funcional do Fundo é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração do Fundo em 22 de julho de 2025 que autorizou sua divulgação.

3. Descrição das principais práticas contábeis

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários e aplicações em operações compromissadas e cotas de fundos de investimento que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Apuração do resultado

As receitas e as despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias específicas de acordo com a intenção de negociação, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

Títulos para negociação - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor efetivamente pago, acrescidos dos rendimentos intrínsecos e ajustados a valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

Títulos mantidos até o vencimento - incluem os títulos e valores mobiliários para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos, desde que observadas, cumulativamente, as seguintes condições:

- fundo de investimento seja destinado exclusivamente a um único investidor, a investidores pertencentes ao mesmo conglomerado ou grupo econômico-financeiro ou a investidores qualificados, esses últimos definidos como tal pela regulamentação editada pela CVM relativamente aos fundos de investimento;

- todos os cotistas devem declarar formalmente, que possuem capacidade financeira para levar ao vencimento os ativos do Fundo classificado nessa categoria e a sua anuência à classificação.

O Fundo classifica os títulos e valores mobiliários na categoria para negociação.

Cotas de fundo de investimento

As aplicações em cotas de fundos de investimento são atualizadas, diariamente, com base no valor da cota divulgado pela Administradora do Fundo onde os recursos são aplicados.

As valorizações e as desvalorizações dos investimentos em cotas de fundos de investimento estão apresentadas na demonstração do resultado em “Resultado com aplicação em cotas de fundos”.

Ações de companhias fechadas

As ações sem cotação em mercado são avaliadas conforme os critérios abaixo:

Entidades de investimentos: são avaliados a valor justo, em conformidade com as normas contábeis que tratam de reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros e de mensuração do valor justo, exceto quando não for possível mensurar o valor justo da investida.

Outros ativos e passivos

Os valores a receber e as obrigações são demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2025	31/03/2024
Cotas de Fundos de Investimentos	**18**	**42**
FICFI Itaú Soberano Renda Fixa Simples Longo Prazo	17	15
FI RF BRL Referenciado DI Longo Prazo	1	12
BB Atacado Federal FI Renda Fixa Longo prazo	-	15
Total caixa e equivalentes de caixa	**18**	**42**

O **Itaú Soberano Renda Fixa Simples Longo Prazo FIC FI** tem como objetivo aplicar seus recursos em cotas de fundos de investimento classificados com “Renda Fixa”, os quais apliquem no mínimo 95% (noventa e cinco por cento) de sua carteira aplicada em: (i) títulos públicos federais, (ii) títulos privados de renda fixa de emissão ou coobrigação de instituição financeira, cuja classificação de risco seja, no mínimo, equivalente às atribuídas aos títulos públicos federais ou (iii) operações compromissadas lastreadas em: (a) título público federal (b) títulos de responsabilidade, emissão ou coobrigação de instituição financeira, desde que a contraparte possua classificação de riscos equivalente àquela atribuída aos títulos da dívida pública federal, observado que a rentabilidade do fundo será impactada pelos custos e despesas do fundo, inclusive taxa de administração.

As demonstrações contábeis findas em 31 de outubro de 2024 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., que emitiram o relatório sem modificação em 21 de janeiro de 2025.

O **Fundo de Investimento Renda Fixa BRL Referenciado DI Longo Prazo** busca acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), de forma que, no mínimo, 95% dos ativos componentes de sua carteira estejam atrelados, direta ou indiretamente, a este parâmetro.

As demonstrações contábeis do Fundo de Investimento Renda Fixa BRL Referenciado DI Longo Prazo findas em 30 de abril de 2024 foram auditadas pela RSM ACAL Auditores Independentes Ltda., que emitiram o relatório sem modificação em 12 de julho de 2024.

O **BB Atacado Federal Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo** tem como objetivo a aplicação de recursos dos cotistas em carteira diversificada de ativos financeiros e demais modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela legislação em vigor e com os limites previstos no regulamento do fundo.

As demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda., que emitiram o relatório sem modificação em 14 de fevereiro de 2025.

No exercício foi reconhecida renda no montante de R$ 7, registrada na rubrica “Receita com cotas de fundos de investimento renda fixa” (R$ 11 em 2024).

5. Ações de companhias fechadas

a) Companhias investidas

Em 31 de março de 2025 e 2024, o Fundo detém participação em ações de companhia de capital fechado, como segue:

Movimentação em 2025

Ações das companhias investidas	Valor Contábil 31/03/2024	Compra de ações	Venda de ações	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Valor Contábil 31/03/2025	% Participação do Fundo na Cia.
Malibu Investimentos e Participações S.A.	268	2	(2)	90	358	100,00%
Total das companhias investidas	**268**	**2**	**(2)**	**90**	**358**	

Movimentação em 2024

Ações das companhias investidas	Valor Contábil 31/03/2023	Compra de ações a prazo	Venda de ações	Valor Contábil 31/03/2024	% Participação do Fundo na Cia.
Malibu Investimentos e Participações S.A.	51	217	-	268	100,00%
Andaraí Participações S.A.	1	-	(1)	-	-
Largo da Carioca Participações S.A.	1	-	(1)	-	-
Bento Ribeiro Participações S.A.	1	-	(1)	-	-
Brás de Pina Participações S.A.	1	-	(1)	-	-
Caju Participações S.A.	4	-	(4)	-	-
Total das companhias investidas	**59**	**217**	**(8)**	**268**	

Malibu Investimentos e Participações S.A.

A companhia **Malibu Investimentos e Participações S.A.** (Anteriormente denominada Armação dos Búzios Participações S.A.) é uma sociedade por ações de capital fechado, com prazo de duração indeterminado, de natureza empresária, organizada e regida nos termos do Estatuto Social, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei de Sociedades por Ações"), e demais disposições legais aplicáveis. Tem como objeto social, a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista.

Atos societários

Em 15 de novembro de 2020, o Fundo como a 1ª contratante e a companhia como 2ª contratante, resolvem celebrar o presente "Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital", que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula 1ª: A 1ª contratante fará à 2ª contratante, a título de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC"), os seguintes aportes financeiros: (a) a quantia de R$ 5 no dia 18 de novembro de 2020; e (b) a quantia de R$ 13 no dia 19 de janeiro de 2021.

Cláusula 2ª: Os AFAC's deverão ser utilizados para aumento de capital da 2ª contratante, a ser formalizado na primeira Assembleia Geral posterior à entrega dos recursos, a qual, em todo caso, deverá se realizar até 30 de abril do exercício seguinte ao da respectiva entrega dos recursos.

Em 09 de agosto de 2022, foi aprovado o aumento de capital da companhia no montante de R$ 59, mediante a emissão de 58.700 novas ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal, em tudo iguais às já existentes, pelo preço de emissão de R$ 1,00 (um real) por ação, fixado nos termos do artigo 170, §1º, da Lei das S.A., as quais são subscritas e integralizadas mediante a conversão de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") realizado pelo Fundo. O capital social da Companhia passa de R$ 51, para R$ 109, dividido em 109.200 (cento e nove mil e duzentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 01 de setembro de 2022, foi aprovado o aumento de capital da companhia no montante de R$ 15 (quinze mil reais), mediante a emissão de 15.000 (quinze mil) novas ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal, em tudo iguais às já existentes, pelo preço de emissão de R$ 1,00 (um real) por ação, fixado nos termos do artigo 170, §1º, da Lei das S.A., as quais são subscritas e integralizadas mediante a conversão de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") realizado pelo Fundo. O capital social da Companhia passa de R$109, para R$ 124, dividido em 124.200 (cento e vinte e quatro mil e duzentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 10 de outubro de 2023, foi aprovado o aumento de capital da companhia no montante de R$ 117, mediante a emissão de 116.522 nova ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal, em tudo iguais ás já existentes, pelo preço de emissão de R$ 1,00 (um real) por ação, fixado nos termos do artigo 170, §1º, da Lei das S.A., as quais são subscritas e integralizadas mediante a conversão de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") realizado pelo acionista Agung Brasil Partners I D – Fundo de Investimento em

Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, em favor da companhia, nos termos do Boletim de Subscrição.

Em 26 de julho de 2024, após as discussões relacionadas à matéria constante do dia, os acionistas deliberaram, de forma irrevogável, por unanimidade dos votos, e sem ressalvas:

(i) Aprovou as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020;

(ii) Aprovou as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021;

(iii) Aprovou as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022;

(iv) Aprovou o Relatório de Administração, as contas da Diretoria, o Relatório dos Auditores Independentes, as Notas Explicativas e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023;

(v) Considerando o prejuízo apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, no valor de R$ 152 (cento e cinquenta e um mil, oitocentos e quarenta e nove reais), aprovou a destinação do montante integral para a conta de prejuízos acumulados da Companhia;

(vi) Ratificou a remuneração anual global dos administradores para o exercício de 2024 em até R$ 34 (trinta e quatro mil e duzentos reais), já incluídos todos os valores relativos aos benefícios e verbas de representação dos administradores, nos termos do artigo 152, caput, da Lei nº 6.404/76;

(vii) Aprovou o aumento da Companhia, no montante de R$ 90 (noventa mil e quatrocentos reais), mediante a emissão de 90.400 (noventa mil e quatrocentas) novas ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal, em tudo igual às já existentes, pelo preço de emissão de R$ 1,00 (um real) por ação, fixado nos termos do artigo 170, §1º, da Lei das S.A., as quais são subscritas e integralizadas mediante a conversão de adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”) realizado pelo acionista Agung Brasil Partners I D – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, em favor da Companhia, nos termos do Boletim de Subscrição;

(viii) Em decorrência das deliberações acima, o capital social da Companhia passou de R$ 341 (trezentos e quarenta mil, setecentos e vinte e dois mil reais) para R$ 431 (quatrocentos e trinta e um mil, cento e vinte e dois reais) dividido em 431.122 (quatrocentos e trinta e um mil, cento e vinte e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 341 (R$ 341 em 2023), representado por 340.722 (340.722 em 2024) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

O Fundo contém em 31 de março de 2025 o montante de R$ 90 referente a AFAC para a conversão de capital na investida.

6. Riscos

Os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, além dos riscos inerentes aos setores de negócios das sociedades investidas. Dessa forma o investidor que decidir aplicar recursos no Fundo deve estar ciente e ter pleno conhecimento de que os recursos que constam na carteira do Fundo e, consequentemente, os cotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos, elencados de forma não exaustiva:

Risco operacional das sociedades investidas – Em virtude da participação nas sociedades investidas, todos os riscos operacionais de cada uma das sociedades investidas são também riscos operacionais do Fundo, visto que o desempenho do Fundo decorre diretamente do desempenho das sociedades investidas.

Risco legal – A legislação aplicável ao Fundo, aos cotistas e aos investimentos efetuados pelo Fundo, incluindo, sem limitação, leis tributárias e leis que regulamentam investimentos estrangeiros em cotas de fundos de investimento no Brasil, está sujeita a alterações. A performance das sociedades investidas pode ser afetada de maneira adversa em virtude de interferências legais de autoridades governamentais e/ou órgãos reguladores aos seus projetos e aos setores em que atuem, bem como por demandas judiciais em que as sociedades investidas figurem como ré, em razão de danos ambientais, indenizações por desapropriações e prejuízos causados a propriedades particulares.

Risco de concentração – Refere-se ao risco de o Fundo aplicar 100% (cem por cento) do patrimônio líquido em valores mobiliários de uma mesma sociedade investida, o que pode, eventualmente, acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos cotistas, tendo em vista,

principalmente, que os resultados do Fundo passariam a depender integralmente dos resultados atingidos por um único emissor. Quanto maior a concentração das aplicações do Fundo em uma única sociedade investida, maior será a vulnerabilidade do Fundo em relação ao risco de tal emissora.

Risco de liquidez dos ativos do Fundo – Os ativos integrantes da carteira do Fundo podem, pelas características de seus mercados, apresentar baixo volume de negócios, com reflexos na formação de preço desses ativos. Ademais, as aplicações do Fundo nos valores mobiliários apresentam peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, já que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez garantida. Caso o Fundo precise vender os valores mobiliários, inclusive por ocasião do término do período de duração do Fundo, poderá não haver comprador ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido, causando perda de patrimônio do Fundo e, consequentemente, do capital, parcial ou total, investido pelos cotistas.

Risco de mercado – A variação da taxa de juros ou do preço dos ativos financeiros descritos no regulamento do Fundo, bem como condições econômicas nacionais e internacionais que venham a afetar o nível das taxas de câmbio e de juros e os preços dos papéis podem gerar impacto negativo na rentabilidade da carteira do Fundo.

Risco de crédito – Os ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo estão sujeitos ao risco de crédito do Governo Federal, das instituições ou das empresas emissoras dos ativos financeiros, conforme o caso, sendo possível o não recebimento ou o atraso no pagamento dos juros e/ou principal relativos a tais ativos financeiros, podendo tal fato gerar impacto negativo na rentabilidade da carteira do Fundo. Eventos que afetem as condições financeiras dos emissores dos ativos financeiros, bem como alterações nas condições econômicas, legais e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento podem trazer impactos significativos em termos de preços e liquidez dos ativos desses emissores. Ademais, alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito dos emissores também podem acarretar oscilações no preço de negociação dos ativos que compõem a carteira do Fundo.

Risco cambial – Em função de parte da carteira do Fundo poder estar aplicada em ativos atrelados direta ou indiretamente à variação de moedas estrangeiras, as cotas do Fundo poderão apresentar variação negativa, com a consequente possibilidade de perda do capital investido.

Restrições ao resgate e amortização de cotas e liquidez Reduzida – O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado e, portanto, só admite o resgate de suas cotas ao término do prazo de duração do Fundo. A distribuição de resultados e a amortização de cotas serão realizadas em conformidade com as regras previstas no capítulo V do regulamento, observadas as orientações comitê gestor e de investimento. Caso os cotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, poderão realizar a venda de suas

cotas no mercado secundário, devendo ser observado, para tanto, os termos e condições previstos no regulamento do Fundo e as demais disposições dos compromissos de investimento e do presente no regulamento. Tal característica do Fundo poderá limitar o interesse de outros investidores pelas cotas do Fundo, reduzindo sua liquidez no mercado secundário. Ainda, considerando que o mercado secundário para negociação de tais cotas apresenta baixa liquidez, não há garantia de que os cotistas conseguirão alienar suas cotas pelo preço e no momento desejados.

Propriedade das cotas versus a propriedade dos valores mobiliários – Apesar de a carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos valores mobiliários de emissão das sociedades investidas, a propriedade das cotas não confere aos cotistas a propriedade direta sobre tais valores mobiliários. Os direitos dos cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de cotas que detêm no Fundo.

Não realização de investimento pelo Fundo – Os investimentos do Fundo são considerados de longo prazo e o retorno do investimento nas sociedades investidas pode não ser condizente com o esperado pelo cotista. Não há garantias de que os investimentos pretendidos pelo Fundo estejam disponíveis no momento e em quantidade convenientes ou desejáveis à satisfação de sua política de investimentos, o que pode resultar em investimentos menores ou mesmo a não realização de tais investimentos.

Inexistência de garantia de rentabilidade – A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo em sociedades investidas que apresentam riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite que seja determinado qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para o Fundo. A realização de investimentos no Fundo, portanto, sujeita o investidor aos riscos aos quais o Fundo e a sua carteira estão sujeitos - que poderão acarretar perdas do capital investido pelos cotistas no Fundo -, não havendo qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os cotistas. Ademais, as aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia da Administradora, da Gestora, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC para redução ou eliminação dos riscos, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio líquido do Fundo e, consequentemente, do capital investido pelos cotistas. Ainda, as eventuais perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas ao valor do capital subscrito, de forma que os cotistas podem ser futuramente chamados a aportar recursos adicionais no Fundo.

Risco relacionado a fatores macroeconômicos – O Fundo está sujeito aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal e demais variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante os mercados financeiro e de capitais brasileiro. Medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar suas políticas econômica e monetária envolveram, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, mudanças legislativas, entre outras. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios do Fundo. Além disso, o Governo Federal, o Banco Central do Brasil e demais órgãos competentes poderão realizar alterações na regulamentação dos setores de atuação das Sociedades Investidas ou nos ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo ou, ainda, outros relacionados ao próprio Fundo, o que poderá afetar a rentabilidade de sua carteira.

Risco de Patrimônio Líquido Negativo – Na medida em que o valor do patrimônio líquido seja insuficiente para satisfazer as dívidas e demais obrigações do Fundo, a insolvência do Fundo poderá ser requerida judicialmente (i) por quaisquer credores do Fundo, (ii) por deliberação da assembleia geral de cotistas, nos termos deste regulamento, ou (iii) pela CVM. Os prestadores de serviço do Fundo, especialmente a Administradora, não respondem por obrigações legais e contratuais assumidas pelo Fundo, tampouco por eventual patrimônio líquido negativo decorrente dos investimentos realizados pelo Fundo. O regime de responsabilidade limitada dos cotistas, e o regime de insolvência dos fundos são inovações legais recentes que ainda não foram regulamentadas pela CVM, nem foram sujeitas à revisão judicial. Caso (a) referidas inovações legais sejam alteradas; ou (b) o Fundo seja colocado em regime de insolvência, e a responsabilidade limitada dos cotistas seja questionada em juízo, os Cotistas poderão ser chamados a aportar recursos adicionais ao Fundo para fazer frente ao patrimônio líquido negativo, em valor superior ao valor das cotas por ele detidas.

7. Instrumentos financeiros derivativos

É vedado ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações:

(i) forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial; ou

(ii) envolverem opções de compra ou venda de ações das companhias alvo que integram a carteira do Fundo com o propósito de (a) ajustar o preço de aquisição das companhias alvo

com o consequente aumento ou diminuição futura na quantidade de ações investidas, ou (b) alienar essas ações no futuro como parte da estratégia de desinvestimento.

Nos exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024, não houve operações com instrumentos financeiros derivativos.

8. Rentabilidade do Fundo

O valor do patrimônio líquido médio, o valor da cota e a rentabilidade do Fundo no período foram os seguintes:

Informações referentes aos exercícios		
Descrição	**31/03/2025**	**31/03/2024**
Rentabilidade do Fundo % (*)	11,66%	5,08%
Patrimônio líquido médio R$/mil	414	332
Valor da cota	273,225290	244,688911

(*) A rentabilidade obtida no passado não é garantia de resultados futuros

9. Emissão, integralização, resgate e amortização de cotas

a. Emissão

O patrimônio previsto do Fundo é de até R$ 300.000.

O Fundo promoverá a emissão e oferta inicial de, no mínimo 1.000 e, no máximo 1.000.000 cotas, com valor unitário de R$ 1 (um real) cada uma, totalizando um valor de emissão inicial de até R$ 1.000.000 (“Primeira Emissão”), que será realizada pela Administradora com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 160/22.

Os investidores que subscreverem cotas da primeira emissão depois que outros investidores tiverem subscrito deverão subscrever cotas da primeira emissão pelo seu preço de emissão, ou subscrever cotas da primeira emissão pelo seu valor calculado na forma descrita no regulamento do Fundo, dos dois o que for maior.

Novas emissões e distribuições de cotas do Fundo dependerão de prévia deliberação da assembleia geral de cotistas, observadas as restrições contidas na Instrução CVM nº 160/22, e registro ou dispensa de requisitos, conforme o caso, da oferta pública de distribuição das cotas na CVM.

O patrimônio mínimo Inicial será de 1.000 cotas, no montante mínimo de R$ 1.000 que os cotistas deverão subscrever para que o Fundo inicie suas atividades. Não haverá limite para a subscrição de cotas por um único investidor.

As cotas do Fundo poderão ser subscritas por um máximo de 50 investidores.

Independentemente do valor do patrimônio previsto, mediante simples deliberação da Administradora, as atividades do Fundo poderão ter início a partir da formalização de Compromissos de Investimento que somem a quantia mínima de R$ 1.000 (“Patrimônio Mínimo Inicial”), podendo o saldo do montante da primeira emissão ser cancelado pelos cotistas na hipótese de não integralização do valor total da primeira emissão, desde que o patrimônio mínimo inicial tenha sido subscrito pelos cotistas.

Ao ingressar no Fundo, seja no âmbito da primeira emissão ou de quaisquer novas emissões e distribuições de cotas do Fundo deliberadas nos termos do regulamento do Fundo, cada cotista ou novo investidor deverá celebrar um compromisso de investimento, do qual deverá constar a quantidade de cotas a serem subscritas e o valor total do investimento que o cotista se obriga a integralizar no decorrer da vigência do Fundo, de acordo com as chamadas de capital a serem realizadas pela Administradora, conforme aprovação do comitê gestor e de investimento, na forma do regulamento do Fundo e do compromisso de investimento, sob as penas previstas no regulamento do Fundo, no compromisso de investimento e na legislação e regulamentação aplicáveis.

Na hipótese de transferência de cotas no mercado secundário, bem como de qualquer cessão de cotas do Fundo, observado o disposto no regulamento do Fundo, o investidor que adquirir as respectivas cotas deverá assumir, proporcionalmente ao número de cotas adquiridas, todas as obrigações do respectivo cotista alienante, conforme definidas no compromisso de investimento e no regulamento do Fundo, até seu integral cumprimento. As cotas do Fundo deverão ser integralizadas pelos investidores nos termos das chamadas de capital a serem realizadas pela Administradora, consoante as disposições estabelecidas nos respectivos compromissos de investimento.

Não haverá taxa de ingresso ou de saída do Fundo.

Na data em que os compromissos de investimento atingirem conjuntamente o patrimônio mínimo Inicial, a Administradora notificará os cotistas do início do período de Investimento, e passará a requerer aos cotistas que realizem as integralizações das cotas, nos prazos e condições estabelecidos.

b. Integralização de cotas

Os valores objeto dos respectivos compromissos de investimento deverão ser aportados ao Fundo pelos cotistas na medida em que tais valores sejam necessários para (i) a realização de investimentos pelo Fundo, na forma disciplinada no regulamento do Fundo, ou (ii) o pagamento dos encargos do Fundo.

No exercício findo em 31 de março de 2025 houve integralização de cotas no montante de R$ 154 (Em 2024 - houve integralização de cotas no montante de R$ 138).

c. Resgate de cotas

Não haverá resgate de cotas, exceto quando do término do prazo de duração ou da liquidação do Fundo.

d. Amortização de cotas

Na liquidação, total ou parcial, de valores mobiliários de emissão das sociedades investidas integrantes da carteira do Fundo, o produto oriundo de tal alienação poderá ser destinado à amortização de cotas, de acordo com as seguintes regras:

I. Se o desinvestimento ocorrer durante o período de investimento, a Administradora poderá amortizar as cotas no valor total dos recursos obtidos ou reter parte ou a totalidade dos recursos para seu reinvestimento, conforme deliberação do comitê gestor e de investimento;

II. Na hipótese da venda da participação, total ou parcial, ocorrer durante o período de desinvestimento, os recursos obtidos serão obrigatoriamente destinados à amortização de cotas, exceto se de outra forma estabelecido pelo comitê gestor e de investimento;

III. Mediante aprovação do comitê gestor e de investimento, na forma do regulamento do Fundo, a Administradora poderá reter uma parcela dos recursos oriundos da liquidação de valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo correspondente a 2% do valor do patrimônio líquido, para fazer frente aos encargos do Fundo;

IV. Dividendos ou juros sobre o capital próprio distribuídos pelas sociedades investidas integrantes da carteira do Fundo, assim como quaisquer outros valores recebidos pelo Fundo em decorrência de seus investimentos nas referidas sociedades investidas, poderão igualmente ser destinados à amortização de cotas, observando-se que:

(i) Caso tais dividendos ou juros sobre o capital próprio sejam distribuídos durante o período de investimento, tais recursos poderão ser retidos, total ou parcialmente, pela administradora, para pagamento de encargos do Fundo, mediante autorização do comitê gestor e de investimento; e

(ii) Caso a distribuição ocorra no período de desinvestimento, os valores relativos aos dividendos serão repassados diretamente aos cotistas, na forma do item V abaixo;

V. Os valores distribuídos pelas sociedades investidas a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio poderão ser repassados pela administradora diretamente aos cotistas, mediante decisão do comitê gestor e de investimento; e

VI. Qualquer amortização abrangerá todas as cotas do Fundo e será feita na mesma data a todos os cotistas mediante rateio das quantias sempre em dinheiro, a serem distribuídas pelo número de cotas existentes e serão pagas aos cotistas em até 10 (dez) dias corridos, contados da data do efetivo ingresso dos recursos na conta do Fundo.

Nos exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024, não houve amortização de cotas.

10. Período de investimento e desinvestimento

O período de investimento do Fundo será de seis anos, a contar da data da primeira subscrição de cotas do Fundo (“Período de Investimento”), não podendo ocorrer novos investimentos em sociedades investidas após este período, mesmo que as integralizações não tenham atingido o patrimônio previsto do Fundo.

Excetuam-se do disposto no caput deste artigo os investimentos realizados com recursos já aportados no Fundo, para novos investimentos em sociedades investidas já integrantes da carteira do Fundo, os quais poderão ser efetuados até 4 anos após o término do período de investimento, mediante deliberação do comitê gestor e de investimento.

Nos quatro anos seguintes ao período de investimento (“Período de desinvestimento”), os investimentos deverão ser liquidados de forma ordenada e o produto resultante será obrigatoriamente utilizado para amortização das cotas do Fundo, nos termos do capítulo V do regulamento, exceto se de outra forma estabelecido pelo comitê gestor e de investimento. Não obstante o previsto neste parágrafo, os investimentos do Fundo poderão ser liquidados a qualquer tempo, inclusive durante o período de investimento, por orientação do comitê gestor e de investimento.

A Assembleia Geral de Cotistas, por recomendação do comitê gestor e de investimento, poderá encerrar antecipadamente ou prorrogar o período de investimento e o período de desinvestimento.

Em caso de prorrogação do período de investimento, mediante aprovação do comitê gestor e de investimento, a administradora poderá, caso as cotas ainda não tenham sido totalmente integralizadas, realizar chamadas de capital para pagamento ou constituição de reservas para pagamento de despesas e obrigações do Fundo aprovadas pelo comitê gestor e de investimento.
Não obstante qualquer decisão do comitê gestor e de investimento, na hipótese prevista acima, a administradora não poderá exigir dos cotistas quaisquer valores que excedam os constantes de seus respectivos compromissos de investimento, exceto na hipótese de necessidade de pagamento de despesas e encargos do Fundo, na qual a administradora poderá notificar os cotistas para aporte de recursos adicionais.

11. Gestão, custódia, tesouraria, consultoria e serviços terceirizados.

O serviço de gestão é prestado pela própria Administradora do Fundo.

Os serviços de custódia, controladoria, tesouraria, liquidação, escrituração e distribuição das cotas do Fundo são prestados pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

As ações da companhia fechada encontram-se registradas nos livros sociais da própria companhia investida.

As cotas de fundos de investimento são custodiadas pelos respectivos administradores dos fundos.

12. Despesas incorridas pelo Fundo

Os encargos debitados ao Fundo e seus percentuais em relação ao patrimônio líquido médio são os seguintes:

Encargos debitados do Fundo	31/03/2025		31/03/2024	
	R$	% PL	R$	% PL
Despesas de serviços técnicos especializados	**15**	**3,62%**	**4**	**1,20%**
Serviços contratados pelo fundo - Auditoria externa	15	3,62%	4	1,20%
Despesa remuneração do administrador	**71**	**17,15%**	**68**	**20,48%**
Taxa de administração e gestão - Administração	71	17,15%	68	20,48%
Despesas de serviços do sistema financeiro	**3**	**0,73%**	**3**	**0,90%**
Taxa de fiscalização CVM	3	0,73%	3	0,90%
Outras despesas administrativas	1	0,24%	-	0,00%
Outras despesas	1	0,24%	-	0,00%
Total Geral	**90**	**21,74%**	**75**	**22,58%**

O Patrimônio líquido médio no exercício é de R$ 414 (R$ 332 em 2024).

13. Outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento à Instrução n° 162/22 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), registre-se que a Administradora, no período, não contratou nem teve serviços prestados pela RSM ACAL Auditores Independentes S/S. relacionados aos fundos de investimento por ele administrados que não aos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

14. Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

15. Remuneração da administração

Taxa de administração

Pela prestação dos serviços de administração, gestão custódia, tesouraria, liquidação, controladoria, escrituração e distribuição de cotas ao Fundo, a Administradora recebe uma remuneração anual de taxa de administração correspondente a R$ 6 ao mês, observado o valor máximo mensal de R$ 25.

A taxa de administração será calculada à base de 1/252, sendo apropriada por dia útil, como despesa do Fundo e paga mensalmente, no 2º dia útil do mês subsequente ao vencido.

A taxa de custódia a ser cobrada do Fundo, já incluída na taxa de administração acima corresponderá a no máximo R$ 1 ao mês.

Não é cobrada taxa de ingresso ou saída do Fundo, nem tampouco taxa de performance.

No exercício findo em 31 de março de 2025, o Fundo possui taxa de administração a pagar no montante de R$ 6 (R$ 6 em 2024) e despesas reconhecidos na importância de R$ 71 (R$ 68 em 2024) a título de taxa de administração.

16. Transações com partes relacionadas

O Fundo tem aplicações em cotas de fundos de investimentos, administrado pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., empresa ligada a administradora, conforme mencionada na nota explicativa nº 4 e remunerações administrativas (taxa de administração e custódia) e com a gestão (taxa de gestão e performance, conforme mencionada na nota explicativa nº 15.

17. Legislação tributária

Fundo

Os rendimentos e ganhos auferidos com operações realizadas pela carteira do Fundo não estão sujeitos ao imposto de renda nem ao IOF.

Cotistas

De acordo com a Lei nº 11.312/06, os rendimentos auferidos no resgate de cotas dos Fundos de Investimentos em Participações, inclusive quando decorrentes da liquidação do Fundo, ficam sujeitos ao imposto de renda na fonte à alíquota de 15% incidente sobre a diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das cotas.

No caso de amortização de cotas, o imposto incidirá sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, sujeito ao imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15%. Da mesma forma, estão sujeitos à tributação do imposto de renda, utilizando-se a mesma alíquota, os rendimentos auferidos pelos cotistas quando da distribuição de valores pelo Fundo.

Em 12 de dezembro de 2023, entrou em vigor a Lei nº 14.754 que dispõem sobre a nova tributação de aplicações em fundos de investimentos, na qual os rendimentos das aplicações em fundos de investimentos ficarão sujeitos à retenção na fonte do IRRF nas seguintes datas:

No último dia dos meses de maio e novembro; ou na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas, caso ocorra antes.

Para os fundos de investimentos que forem enquadrados como entidade de investimento, e que cumpram os demais requisitos previstos na Lei, não estarão sujeitos à tributação periódica previstas no último dia dos meses de maio e novembro.

Para os fundos de investimentos que investem, direta ou indiretamente, pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) do seu patrimônio líquido nos fundos de investimento imobiliário (“FII”), fundos de investimentos nas cadeias produtivas do agronegócio (“FIAGRO”), fundos de investimentos em participações em infraestrutura (“FIPs-IE”), e os fundos de investimentos de que trata a Lei nº 14.431, de 24 de junho de 2011, ficaram sujeitos ao tratamento tributário do artigo 24 desta Lei, sendo que os fundos, qualificados como entidades de investimento, não estão sujeitos à tributação periódica.

18. Patrimônio líquido

O patrimônio do Fundo será formado por uma única classe de cotas, as quais não terão parâmetro de rentabilidade predeterminado.

Em 31 de março de 2025 o patrimônio líquido do Fundo está representado por 1.354,285760 cotas, com valor unitário da cota em R$ 273,225290, no montante de R$ 370. Em 31 de março de 2024, o patrimônio líquido do Fundo está representado por 1.200,749920 cotas, com valor unitário da cota em R$ 244,688911, no montante de R$ 294.

19. Política de divulgação das informações

A Administradora deverá enviar aos Cotistas, à entidade administradora do mercado organizado onde as Cotas estejam admitidas à negociação e à CVM, por meio do Sistema de Envio de documentos, disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, as seguintes informações:

I. trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as informações constantes do suplemento J da Resolução CVM nº 184/23;

II. semestralmente, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias após o encerramento do semestre a que se referirem, a composição da carteira do Fundo, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;

III. anualmente, em até 150 (cento e cinquenta) dias após o encerramento do exercício social, as demonstrações contábeis auditadas referidas neste Capítulo IX, acompanhadas do relatório do Auditor Independente e do relatório da Administradora e pela Gestora previsto no Artigo 38, item I acima.

20. Política de distribuição de resultados

Os juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos valores mobiliários e/ou em outros ativos, são incorporados ao patrimônio líquido e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização aos cotistas, taxa de administração e/ou os demais encargos do Fundo.

21. Alterações estatuárias

No exercício o findo em 31 de março de 2025, não houve alterações estatutárias.

22. Outras informações

Resolução CVM 175

A Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") publicou a Resolução CVM nº 175 em 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para os fundos, em substituição à Instrução CVM nº 555. As alterações introduzidas pela nova resolução entrarão em vigor a partir de 3 de abril de 2023, tendo os fundos em funcionamento adaptação até 31 de dezembro de 2024.

Adicionalmente, a CVM publicou no dia 28 de março de 2023 a Resolução CVM nº 181, alterando a Resolução CVM nº 175 acima, sobre fundos de investimento. Entre outros pontos, a Resolução CVM nº 181 altera a entrada em vigor das novas regras de fundos de investimento para 02 de outubro de 2023.

Adicionalmente, a CVM publicou no dia 31 de maio de 2023 a Resolução CVM nº 184, alterando a Resolução CVM nº 175 acima, sobre fundos de investimento. Entre outros pontos, a Resolução CVM nº 184 que constitui o marco regulatório dos fundos de investimento, e acrescenta nove anexos normativos à nova norma de fundos de investimentos para 02 de outubro de 2023.

Adicionalmente, a CVM publicou no dia 12 de março de 2024 a Resolução CVM nº 200, alterando a Resolução CVM nº 175 acima, sobre fundos de investimento. Entre outros pontos, a Resolução CVM nº 200 altera a entrada em vigor das novas regras de fundos de investimento para 30 de junho de 2024 com exceção dos fundos de investimento em direitos creditórios – FIDC, que devem adaptar-se até 29 de novembro de 2024.

Em 12 de dezembro de 2023, entrou em vigor a Lei nº 14.754 que dispõem sobre a nova tributação de aplicações em fundos de investimentos, na qual os rendimentos das aplicações em fundos de investimentos ficarão sujeitos à retenção na fonte do IRRF nas seguintes datas:

No último dia dos meses de maio e novembro; ou
Na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas, caso ocorra antes.

Para os fundos de investimentos que forem enquadrados como entidade de investimento, e que cumpram os demais requisitos previstos na Lei, não estarão sujeitos à tributação periódica previstas no último dia dos meses de maio e novembro.

Para os fundos de investimentos que investem, direta ou indiretamente, pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) do seu patrimônio líquido nos fundos de investimento imobiliário ("FII"), fundos de investimentos nas cadeias produtivas do agronegócio ("FIAGRO"), fundos de investimentos em participações em infraestrutura ("FIPs-IE"), e os fundos de investimentos de que trata a Lei nº 14.431, de 24 de junho de 2011, ficaram sujeitos ao tratamento tributário do artigo 24 desta Lei, sendo que os fundos, qualificados como entidades de investimento, não estão sujeitos à tributação periódica.

23. Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral de cotistas, realizada em 15 de maio de 2025, foi aprovada, a partir da abertura das operações do dia 02 de junho de 2025, inclusive ("Data de Transferência"), utilizando por base a posição de fechamento do Fundo em 30 de maio de 2025 ("Data Base"), a alteração do atual administrador e distribuidor do Fundo, incluindo todos os atos correlatos, para a Nova Administradora.

* * *

Roger Vicente Lima	**Luiz Carlos Nimi**
Contador CRC 1SP342522	Diretor responsável